



Regulamento Eleitoral

16 de Janeiro de 2010

CAPÍTULO I

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 1º

Objecto

- 1.1. O presente regulamento define as orientações do processo eleitoral da Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal (adiante designada por FABP).
- 1.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os estatutos e demais regulamentos da FABP.

Artigo 2º

Processo Eleitoral

- 2.1. A organização do processo eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral que, para os efeitos do presente regulamento, passa a designar-se por Mesa da Assembleia Eleitoral.
- 2.2. A convocatória para a Assembleia Eleitoral deverá ser enviada a todos os membros eleitores, publicada no *website* oficial da FABP e deve conter:
 - 2.2.1. Dia, local e hora da assembleia eleitoral;
 - 2.2.2. Horário de abertura e encerramento das urnas;
 - 2.2.3. Data limite para apresentação das listas e demais datas relevantes para o processo.

Artigo 3º

Competências da Mesa da Assembleia Eleitoral

- 3.1. Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral:
 - 3.1.1. Determinar a data das eleições e convocar a respectiva assembleia eleitoral;
 - 3.1.2. Receber as listas candidatas aos vários órgãos sociais;
 - 3.1.3. Apreciar e decidir sobre a legalidade das listas e dos candidatos;
 - 3.1.4. Providenciar os boletins de voto a utilizar no acto eleitoral;
 - 3.1.5. Dirigir o acto eleitoral;
 - 3.1.6. Apreciar e decidir sobre reclamações e recursos que lhe sejam apresentados, em matéria de processo eleitoral;

Artigo 4º

Capacidade Eleitoral

- 4.1. São elegíveis para os órgãos sociais da FABP todos os indivíduos maiores de 18 anos, no pleno gozo dos seus direitos e de acordo com o preceituado no artigo 13º dos Estatutos da FABP.
- 4.2. São eleitores os elementos da Assembleia Geral no pleno gozo dos seus direitos, conforme descrito no artigo 8º dos Estatutos da FABP.
- 4.3. Cada delegado terá direito a um voto e não poderá representar mais do que uma entidade.

Artigo 5º

Convocação da Assembleia

- 5.1. A Assembleia Eleitoral é convocada pelo Presidente da Mesa com a antecedência mínima de trinta dias sobre a data designada, devendo ser comunicada ao Presidente da FABP.
- 5.2. A convocatória deverá ser feita até trinta dias antes de expirar o mandato em curso.

Artigo 6º

Caderno Eleitoral

- 6.1. Para as eleições dos órgãos sociais da FABP todos os eleitores deverão estar registados em lista própria, designada Caderno Eleitoral.
- 6.2. O caderno eleitoral deve estar disponível na sede da FABP, e divulgado dez dias antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.
- 6.3. Em caso de omissões ou incorrecções, o caderno eleitoral poderá ser completado ou corrigido até ao início do acto eleitoral.

Artigo 7º

Candidaturas e Listas

- 7.1. O Presidente, a Mesa da Assembleia Geral, O Conselho Fiscal, o Conselho de Justiça, o Conselho de Disciplina e o Conselho de Arbitragem são eleitos em listas próprias.
- 7.2. A Direcção é nomeada pelo Presidente eleito, no prazo de 10 dias úteis.
- 7.3. Cada lista deverá conter os nomes dos candidatos aos cargos correspondentes a cada um dos órgãos sociais, fazendo-se acompanhar por cópia do bilhete de identidade.
- 7.4. As listas candidatas deverão ser entregues na sede da FABP, até às dezassete horas do dia indicado na convocatória do acto eleitoral.
- 7.5. As listas candidatas aos órgãos colegiais serão identificadas por uma letra atribuída pela Mesa da Assembleia Eleitoral após verificada a conformidade com todos os requisitos exigidos.
- 7.6. Os candidatos a Presidente da Federação serão identificados pelo seu nome completo e ordenados pela ordem em que foi apresentada a candidatura, após verificada a conformidade com todos os requisitos exigidos.

Artigo 8º

Requisitos de Apresentação das Listas

- 8.1. Cada lista candidata a um órgão social elegível deverá ter um mandatário com poderes de representação em todo o processo eleitoral.
- 8.2. Cada lista poderá ser constituída por um número ilimitado de elementos, independentemente do número de efectivos a eleger.
- 8.3. As listas apresentadas deverão ser acompanhadas da declaração de cada candidato que, sob compromisso de honra declaram que aceitam a candidatura e preenchem as condições de elegibilidade.
- 8.4. Os candidatos propostos não podem integrar mais do que uma lista.
- 8.5. A eventual instauração de processo disciplinar a qualquer candidato durante o processo eleitoral não determina a suspensão do mesmo, mas inibe-o de tomar posse se a pena genericamente prevista determinar a perda do mandato.

Artigo 9º

Apreciação das Listas

- 9.1. Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral apreciar as listas candidatas e verificar a sua conformidade com o disposto no presente regulamento e nos estatutos da federação.
- 9.2. Qualquer irregularidade verificada nas listas candidatas será notificada por escrito ao respectivo mandatário, com vista à sua correcção no prazo máximo de três dias.
- 9.3. Constitui motivo de rejeição de listas:
 - 9.3.1. A apresentação fora do prazo previsto na convocatória da assembleia eleitoral;
 - 9.3.2. A existência de irregularidades que não sejam corrigidas no prazo estipulado em 9.2. do presente artigo.

Artigo 10º

Publicação das listas

- 10.1. Expirado o prazo de apresentação das candidaturas as listas são ordenadas e remetidas aos eleitores constantes do caderno eleitoral.

Artigo 11º

Boletins de Voto

- 11.1. Os boletins de voto serão elaborados em papel opaco, de cor diferente para cada órgão social.
- 11.2. Cada lista candidata a órgãos colegiais será identificada pela letra que lhe foi atribuída.
- 11.3. Cada candidato a Presidente será identificado pelo nome completo.
- 11.4. À frente do nome de cada lista ou candidato haverá um quadrado em branco para os eleitores assinalarem a sua preferência.
- 11.5. Só serão consideradas válidas as manifestações de preferência expressas por um "X" colocado dentro do quadrado correspondente. Considera-se que cumpre os requisitos quando a intercepção das linhas fica dentro de um quadrado e não alcança outro.

Artigo 12º

Votação

- 12.1 A Assembleia Eleitoral decorrerá em local e hora indicados na respectiva convocatória e encerrará duas horas após o início ou logo que todos os eleitores tenham votado.
- 12.2 Durante o acto eleitoral, na mesa estarão sempre presentes dois dos seus membros devendo um deles ser o presidente ou o vice-presidente.
- 12.3 Os mandatários das listas candidatas poderão estar presentes no local da assembleia eleitoral.
- 12.4 Antes de dar início ao acto eleitoral o Presidente da Mesa procederá à abertura da urna mostrando o seu interior aos presentes e fechando-a de seguida para dar início à votação.
- 12.5 A mesa deverá identificar cada eleitor que se apresente para votar, procedendo à sua descarga no caderno eleitoral e entregando os boletins de voto.
- 12.6 Após o preenchimento do boletim de voto o eleitor deverá dobrá-lo em quatro e entregá-lo ao Presidente da Mesa que o introduzirá na urna.

Artigo 13º

Reclamações

- 13.1. Se houver dúvidas sobre a regularidade do processo eleitoral, por parte de qualquer eleitor inscrito nos cadernos eleitorais ou de qualquer dos mandatários, poderá ser apresentada, de imediato, reclamação.
- 13.2. Para ser considerada, a reclamação deverá ser apresentada à mesa, por escrito e devidamente fundamentada.
- 13.3. A mesa apreciará, de imediato, a reclamação apresentada. Poderá decidir de imediato pela procedência ou improcedência da mesma ou adiar a decisão para o final do acto eleitoral, se considerar que a mesma não interfere com o seu normal funcionamento.
- 13.4. As deliberações da mesa, devidamente fundamentadas, são tomadas por maioria absoluta dos seus membros presentes. O presidente terá voto de qualidade.

Artigo 14º

Contencioso Eleitoral

- 14.1. Das decisões da Mesa da Assembleia Eleitoral cabe recurso para o Conselho de Justiça.

Artigo 15º

Resultado e Proclamação

- 15.1. Após decisão sobre eventuais reclamações ou na sua ausência, a mesa procederá à contagem dos votos e ao anúncio dos resultados, que serão afixados no local da assembleia eleitoral para imediato conhecimento dos presentes, na sede e no website da FABP.
- 15.2. A atribuição de lugares para os órgãos colegiais: Mesa da Assembleia Geral; Conselho de Justiça; Conselho de Disciplina; Conselho Fiscal e Conselho de Arbitragem, será feita de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.
- 15.3. Para o cargo de Presidente da FABP será eleito o candidato que obtiver mais votos.
- 15.4. A Mesa da Assembleia Eleitoral decidirá pela realização imediata de uma segunda volta ou pela marcação de novo acto eleitoral no prazo de dez dias, em caso de empate entre duas ou mais listas para o mesmo órgão.

Artigo 16º

Comunicação dos Resultados

- 16.1. Os resultados da eleição deverão ser comunicados ao Presidente da FABP, acompanhados da acta da Assembleia Eleitoral, no prazo de três dias.

Artigo 17º

Tomada de Posse

- 17.1. Os membros eleitos para os órgãos sociais tomarão posse em dia, hora e local a definir pelo Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral num prazo máximo de trinta dias.

CAPÍTULO II

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS À ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 18º

Eleição dos Delegados

- 18.1. Os delegados à Assembleia Geral serão eleitos como segue:
- 18.1.1. Os delegados dos associados colectivos serão cooptados de entre os clubes classificados no Campeonato Nacional de Clubes do ano anterior, de acordo com o definido nos pontos seguintes:
 - 18.1.1.1. Cada clube classificado no Campeonato Nacional de Clubes do ano anterior nomeará, sucessivamente e por ordem de classificação, um delegado até ao limite de dezoito.
 - 18.1.1.2. Os lugares sobrantos, se os houver, serão atribuídos em rondas distributivas sucessivas aplicando-se o disposto no número anterior, até que sejam esgotadas as vagas.
 - 18.1.3. Os restantes delegados serão eleitos pelos seus pares.
- 18.2. A Assembleia Geral para eleição dos delegados dos associados individuais, dos atletas, dos treinadores e monitores e dos árbitros, juízes e responsáveis técnicos referidos no número anterior, será efectuada anualmente antes da realização da primeira assembleia-geral do ano e será válida até nova eleição.
- 18.3. Se algum dos delegados perder a condição que determinou a sua eleição, será substituído pelo candidato mais votado, imediatamente a seguir. Caso não haja mais candidatos, proceder-se-á imediatamente a nova eleição para o lugar vago.
- 18.4. Se algum dos delegados nomeados perder a condição que determinou a sua nomeação, poderá ser substituído por outro delegado, nomeado pela mesma entidade.

Artigo 19º

Candidatura a Delegado

- 19.1. Os candidatos a delegado dos associados individuais, dos atletas, dos treinadores e monitores e dos árbitros, juízes e responsáveis técnicos poderão apresentar a sua candidatura no decorrer da Assembleia Geral destinada a esse fim.
- 19.2. Só serão válidas as candidaturas de agentes devidamente licenciados para a época a que diz respeito a eleição.

Artigo 20º

Votação, Eleição e Nomeação

- 20.1. A votação decorre em local, data e hora a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- 20.2. São eleitos os candidatos mais votados pelos seus pares, em número definido nos Estatutos da FABP para delegados dos associados individuais, dos atletas, dos treinadores e monitores e dos árbitros, juízes e responsáveis técnicos.
- 20.3. Em caso de empate que determine a não eleição de todos os candidatos empatados, proceder-se-á a nova votação entre estes candidatos.
- 20.4. Caso a Assembleia Geral não consiga eleger os delegados suficientes previstos nos estatutos, o Presidente da Assembleia Geral procederá a marcação de nova reunião para eleição dos delegados em falta.

Artigo 21º

Entrada em Vigor

- 21.1. O presente regulamento entra em vigor após aprovação em reunião de Direcção.

* Aprovado em reunião de Direcção realizada a 16 de Janeiro de 2010